

Em números, o compromisso oficial

São as seguintes as principais metas contidas na Carta de Intenções:

1) Base monetária — expansão de 95 por cento no ano. De junho a setembro, foi fixado um crescimento de 17,8 por cento, atingindo-se Cr\$ 8,040 trilhões. Para outubro a dezembro, a meta é de 5,9 por cento, chegando-se a um total de Cr\$ 8,5 trilhões no fim de 84.

2) Meios de pagamento (moeda em poder do público mais depósitos à vista em poder dos bancos) — expansão de 95 por cento em 84, sendo 21,8 por cento no trimestre de junho a setembro (obtém-se Cr\$ 13,5 trilhões no fim do período). Para outubro a dezembro, estabeleceu-se um avanço de 18,5 por cento, atingindo-se Cr\$ 18 trilhões no fim do ano.

O Governo adotou novo artifício para cumprir este objetivo. A partir de agora, o saldo mensal dos meios de pagamento será calculado com base na média aritmética de todos os dias úteis do mês, e não mais na posição do último dia útil.

3) Crédito interno líquido (inclui todos os recursos que o Governo coloca à disposição da iniciativa privada — inclusive o papel moeda em poder do público — menos as reservas internacionais) — deverá atingir um saldo de Cr\$ 1,8 trilhão em setembro e será, no máximo, Cr\$ 50 bilhões inferior ao total das reservas líquidas internacionais em 31 de dezembro próximo. O aumento das reservas internacionais, decor-

rente do bom desempenho da balança comercial, contribui para reduzir o saldo do crédito interno líquido.

4) Endividamento externo líquido (diferença entre os créditos externos que entram no País e os pagamentos de amortizações feitos ao exterior) — teve seu teto reduzido para o período de nove meses terminado em setembro. O limite anterior, de US\$ 9,1 bilhões, passa a ser de US\$ 8,8 bilhões. Para todo o ano, a Carta de Intenções fixa um limite de US\$ 10,8 bilhões.

5) Reservas líquidas internacionais — a nova carta prevê em US\$ 2,4 bilhões o saldo deste item até o fim do ano. Esse número, segundo Mallon da Nóbrega, mostra o acerto da política econômica na área externa e dá ao País uma posição mais confortável para a próxima rodada de negociações com banqueiros internacionais.

6) Balanço de pagamentos (resultado da balança comercial menos pagamentos de royalties, serviços e transferências unilaterais de recursos ao exterior) — fica mantida a meta de um superávit de US\$ 5,7 bilhões, até o fim de 84, e de US\$ 5,1 bilhões, de janeiro a setembro.

7) Déficit público — o Governo reafirma a intenção de obter, este ano, um superávit operacional (descontada a inflação e a correção monetária) de 0,55 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e um déficit nominal (inclui as correções monetárias e cambial) de 17,9 por cento do PIB.

AS METAS DO ENDIVIDAMENTO

(em bilhões de cruzados)

| Mês | Governo Federal | Governos dos Estados e Municípios (1) | Empresas Estatais | Sistema da Previdência Social |
|----------|-----------------|---------------------------------------|-------------------|-------------------------------|
| 1984 | | | | |
| Agosto | 8.725 | 13.200 | 15.800 | 460 |
| Setembro | 12.200 | 14.600 | 17.800 | 660 |
| Outubro | 15.135 | 18.900 | 20.700 | 775 |
| Novembro | 18.170 | 20.150 | 22.450 | 880 |
| Dezembro | 20.600 | 22.500 | 28.000 | 900 |

1. Inclui endividamento externo.

Obs. O déficit atual da Previdência é de Cr\$ 1,4 trilhão.

A América Central, um tema na CEE

A democratização da América Central e o aumento da contribuição europeia à estabilização econômica da região são os principais temas da reunião de 21 Chanceleres da Comunidade Econômica Européia (CEE), de nações centro-americanas e do Grupo de Contadora (México, Panamá, Colômbia e Venezuela), iniciada ontem na capital da Costa Rica. Participam também como convidados Portugal e Espanha.

● Revistas americanas especializadas em economia colocam o México como exemplo a ser seguido pelos países em desenvolvimento por haver cumprido as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre elas a redução do déficit público e o controle dos reajustes salariais.